

Prova de Vida Biométrica dos pensionistas do Estado

Para garantir pagamento de pensões a partir de uma base de dados credível



NOSI busca experiência do CEDSIF em matérias de reformas



AC-CEDSIF define seus próximos passos em Assembleia Geral



Saiba um pouco mais sobre o percurso de Virginia Videira

Índice

3 Editorial

4 Breves

5 Capa

10 Modernizando

13 Pipeline

21 Saúde



i-cedsif

Ficha Técnica

Director Geral Herminio Sueia

Directores Gerais adjuntos Jacinto Muchine e Tricamo Tajú

Chefe da Unidade de Comunicação e Imagem: Orlando Govo

Editor Executivo Janeth Laice e Hamela

Redactor Euclides Matavata

Redacção Comunicação e Imagem

Imagem Euclides Matavata

Revisão Corpo Editorial

Contacto comunicacao.imagem@cedsisf.gov.mz



cedsisf

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças

Prédio Cedsif, Av. Guerra Popular, 20
Maputo - Moçambique

Tel. +258 21 327363/6, +258 21 305370
Fax +258 21 309784
Cel. +258 82 3049741, +258 82 3042172
Pag.Web www.cedsif.gov.mz

Gestão da Mente

Por: Orlando Govo

Escrever sobre Gestão da Mente parece alguma aventura, tendo em conta os assuntos que podem ser tidos como os de maior preocupação entre os colaboradores do CEDSIF, em particular, e Funcionários e Agentes do Estado (FAE), no geral. As mentes, para este sector de actividade, estão empenhadas em a cada dia melhorar os processos e instrumentos de Gestão de Finanças Públicas, considerando o espírito do respectivo processo de Reforma.

Os colaboradores de todos outros sectores não são excepção, também estão com suas mentes orientadas para os respectivos processos de trabalho, em função das atribuições conferidas pelos instrumentos legislativos e normativos.

Voltando à questão principal, interessa perceber o que é a mente – “um continuum sem forma, que tem como função perceber e entender os objetos. Sendo, por natureza, algo sem forma, ou não corpóreo, ela não pode ser obstruída por objetos físicos” (online). Portanto, está-se perante uma situação em que se sugere uma sábia gestão desta mente, acção esta que pressupõe que as pessoas estejam familiarizadas sobre a existência desta possibilidade de gerir algo de difícil compreensão, mas fundamental para a estabilidade emocional do ser humano.

A gestão da mente associa-se à Inteligência Emocional que é, segundo Daniel Goleman, a “capacidade de identificar os nossos próprios sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerir bem as emoções dentro de nós e nos nossos relacionamentos”. Portanto, a forma como as pessoas lidam com as suas emoções e com as dos outros está intrinsecamente ligada ao seu estado mental.

A mente, apesar de “não é algo material”, precisa de ser exercitada, tal como o corpo, para o seu funcionamento pleno.

Para além de um conjunto de actividades cognitivas às quais nos podemos submeter para exercitar a mente, tais como leitura, praticar algum instrumento musical, aprender novos idiomas, entre outras, a prática de exercícios físico é fundamental para a boa saúde da mente. Isto é, quanto mais descontraído e dinâmico for o corpo a mente tenderá a se adaptar a essa condição, pois a relação é incontornável e involuntária.

Como planificamos o nosso dia-a-dia? A forma como cada pessoa organiza o seu plano diário de actividades a realizar contribuirá grandemente para que a mente fique mais ou menos cansada. Se uma pessoa não é capaz de criar prioridades num conjunto de acções a realizar incorre ao risco de estar a realizar uma actividade pensando noutra, facto que influenciará directamente para a baixa qualidade dos resultados.

Saber separar os momentos é crucial para o aumento dos níveis de concentração no que se estiver a fazer instante e, consequentemente melhorar o desempenho, pelo que aqui é onde reside outro grande problema, pois, existem situações em que a pessoa está presente fisicamente numa determinada actividade e a sua mente está ocupada com outros assuntos.

Resumindo, é importante saber-se que a nossa mente é algo muito importante para a nossa estabilidade emocional, espiritual, social e profissional, pois é nela que ocorrem todos os fenómenos psicológicos, tais como pensamento, imaginação, motivação, percepção, etc. Assim, o apelo é que cada pessoa seja capaz de fazer exercício de introspecção para conhecer a si mesmo cada vez mais e dessa forma planificar melhor as suas actividades pessoais, sociais e profissionais.

ESTUDANTES DE JORNALISMO DA UEM, APROFUNDAM MATÉRIAS SOBRE SISTAFE e e-SISTAFE

Cerca de 60 pessoas entre docentes, discentes, investigadores e outros, participaram de duas sessões de palestras nomeadamente nos dias 2 e 18, para os cursos diurno e nocturno respectivamente, promovidas pelo CEDSIF, sobre tema SISTAFE: Evolução, Desafios e Perspectivas.

Esta palestra, surge na sequência da necessidade de disseminação do SISTAFE e suas matérias, estágio da sua Implementação, desafios existentes e as respectivas perspectivas no contexto da Administração Financeira do Estado em Moçambique, à



luz dos diversos dispositivos legais em uso e aplicáveis em Moçambique. Por sua vez, o CEDSIF, com base nas questões levantadas, aferiu a necessidade de aprofundar as alianças estratégicas entre as instituições de ensino, por forma a aprimorar a interpretação dos dispositivos legais sobre a matéria.

EMBAIXADOR DO BRASIL VISITA CEDSIF

Inserido na troca de experiência com instituições de referência a nível internacional cuja missão seja similar à sua, o CEDSIF recebeu no passado dia 19 de Outubro a visita do Embaixador do Brasil.

Esta visita, surge em reconhecimento do Brasil possuir uma instituição de referência na condução da Reforma da Gestão das Finanças Públicas com o suporte em Tecnologias de Informação, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).



Para se inteirar da busca que o CEDSIF faz em assuntos similares a sua área de actuação, o Embaixador visitou nomeadamente o Departamento de Apoio ao Utilizador, Escola de Formação, Serviços Organização e Modernização, Serviço de Operações, Serviço de Desenvolvimento, onde obteve explicação do funcionamento destas unidades, tendo ficado bastante impressionado com os pormenores que recebeu.

MESA REDONDA SOBRE INCORPORAÇÃO DE BENS PELA VIA DIRECTA

“*Incorporação de Bens pela Via Directa*”, é o tema de uma Mesa Redonda levada a cabo pelo CEDSIF, com o financiamento da Oxfam. Esta actividade, será orientada por técnicos especialistas na matéria, da Direcção Nacional do Património do Estado (DNPE), patrona do Projecto Módulo de Administração do Património do Estado (MPE).

A DNPE e o CEDSIF estão a implementar o Módulo, em fase piloto, como parte integrante dos Módulos do e-SISTAFE. Este debate, visa estabelecer uma plataforma de comunicação proactiva de difusão de informação inerente ao seu desenvolvimento, especificamente sobre a sua operacionalização.

Vai estruturar, actualizar e organizar o cadastro destes recebedores do Estado

Decorre desde o dia 16 de Outubro até ao dia 24 de Novembro, em todo o país, a Prova de Vida Biométrica dos pensionistas do Estado. Esta acção levada a cabo pelo Instituto Nacional de Previdência Social tem por objectivo actualizar e confirmação da existência, em vida, dos mais de 160 mil pensionistas do Estado.

Este processo vai resultar no pagamento de pensões a partir de uma base de dados credível, alimentada por dados gerados através da recriação do Cadastro Electrónico de Pensionistas e da prova da existência física de todos os beneficiários, obtidos através do registo e verificação de dados biométricos e gerais dos beneficiários, cruzados com os dados das pensões, como o visto do Tribunal Administrativo, a fixação da pensão e outros.

Para provar a sua existência, o pensionistas do Estado deve se fazer ao posto de prova (em qualquer ponto do país onde esteja a residir ou de passage) munido do Bilhete de Identidade, NUIT, NIB da sua conta bancária. Quando se trate de um Pensionista Combatente , este deverá , adicionalmente, apresentar também a cópia do seu cartão de Combatente.

Falando no decurso do lançamento da Campanha, o Director-Geral do Instituto de Previdência Social (INPS), Augusto Sumburane, frisou que o objectivo principal da realização da Prova de Vida é de actualizar os dados , procedendo-se, simultaneamente, a conferência dos pensionistas pagos pelo Estado moçambicano através da recolha de dados biométri-

cos, o que vai permitir estruturar, actualizar e organizar o cadastro destes recebedores do Estado. Para o pensionista que se encontre fora do País, o INPS em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, providenciou uma ficha disponibilizada para actualização de dados que o pensionista poderá obter através de embaixadas ou Consulados. Ajuntou que, "...só depois de preenchido esse formulário e confirmados os dados pela Embaixada

ou Consulado de Moçambique, o expediente é remetido ao INPS, em Maputo, onde é feito, imediatamente, a actualização da base de dados".

De referir que a Prova de Vida é Presencial e Obrigatória e resulta da Lei em vigor no País, des-

tinando-se a todos os Pensionistas e Rendistas, para garantir a continuidade de manutenção da Pensão.

Recorde-se que as brigadas de Prova de Vida Biométrica dos pensionistas do Estado se encontram nos mais diversos postos na Cidade e Província de Maputo, sendo que nas restantes províncias, o processo decorre nas sedes distritais e noutros locais previamente identificados.

Os pensionistas do Estado que não realizarem a Prova de Vida Biométrica durante o período estipulado verão a sua pensão cancelada.(X)



Vai melhorar o processo de prestação de contas

O Módulo de Administração do Património de Estado (MPE), maiores desafios do processo é a Planificação como ele- previsto na Lei do SISTAFE, é um dos 7 módulos que mento chave para a contratação Pública.

atendem os procedimentos do Sistema informático que su- A implementação do MPE vai desafiar as instituições públi- porta o Sistema de Administração Financeira do Estado cas para o cumprimento integral dos princípios de planifi- (SISTAFE), e dispõe de duas componentes, nomeadamente cação, pois a planificação é que vai ditar o processo de con- a de gestão patrimonial e a de contratações públicas. tratação. O processo de aquisição está ligado ao processo de

Desenvolvido, e em operacionalização em regime piloto, a planificação.

componente de gestão patrimonial, contempla o processo de Ainda segundo Mulungo, esta ligação entre a planificação e incorporação orçamental pela via directa, para o qual foram a contratação vai permitir um maior controlo do processo de pagamento da despesa, evitar desvios de aplicação do or- criadas funcionalidades de maior impacto na Administração çamento, permitir a incorporação dos bens, bem como a Financeira do Estado, no geral, e de forma direccionada, na melhoria do processo de gestão das contratações públicas, fases de pagamento, que prevê a incorporação ou aceitação minimizando o desvio em relação aos fornecedores não do bem ou serviço contractado. credíveis. A incorporação pela via directa dos bens adquiri-

O Gestor de projecto, Marcelino Chemane indica que as fun- dos pelo Estado, transporta consigo benefícios atinentes a cionalidades desenvolvidas e implementadas cumprem com qualidade de informação constante da Conta Geral do Es- do previsto na Lei do SISTAFE no concernente à operacionali- tado e, eliminação das divergências entre os dados de ex- zação de processos e mecanismos de gestão do património ecução da despesa e da incorporação orçamental, quando se do Estado e processos de contratação pública. Para ele, es- trate de Bens ou Serviços.

tas funcionalidades vão permitir a padronização das especifi- Marcelino Chemane disse que nem tudo o que se adquire é cações dos bens e serviços contratados pelo Estado, para incorporado na inventariação a tempo e hora. Mas com a além de dotar os gestores públicos de recursos e capaci- introdução do MPE os bens adquiridos serão atempadamen- dades para uma gestão patrimonial mais eficiente e automa- te incorporados no processo da execução da despesa, elimi- tizada. Outrossim, conversamos com Vicente Mulungo, da nando a necessidade de realização dos inventários periódicos nos anos terminados por 0 e 5, permitindo o equilíbrio entre o que se adquire e o que se paga.

Direcção Nacional do património do Estado (DNPE), sobre as Sobre o assunto, Vicente Mulungo, acrescentou que para vantagens deste módulo, afirmou que vai permitir que os além da qualidade da informação da Conta Geral, este pro- procedimentos de contratação sejam lançados apenas se cesso vai facilitar o rastreamento dos responsáveis pelos desvios ou falta de aplicação das normas de contabilidade houver dotação orçamental suficiente para suportar a despesa, sendo que no acto do lançamento do procedimento con- pública e a sua responsabilização. A introdução do Módulo do Património do Estado vai condicionar que todo o Fornecedor de bens e serviços ao Estado deva estar inscrito no Cadastro de Fornecedores de bens e serviços ao Estado – CEF –, onde tendo como base os preços de referência do mercado, im- também deve constar toda a informação tributária, judicial e pedindo assim que se assumam compromissos sem a corres- do INSS para toda e qualquer empresa elegível a concor- pondente cobertura orçamental. *“este facto vai minimizar a ocorrência de situações de contratação pública que resultam no endividamento do Estado, visto que o Estado só vai passar a contratar se tiver dinheiro disponível para cobrir a despesa”*. A implementação do MPE em geral, e de forma es- pecífica do processo de incorporação pela via directa, vão trazer para a Administração Financeira do Estado e para a Administração Pública no geral diversos desafios. Um dos

Melhoria da Relação entre o Estado e o Sector Privado

O que se verifica actualmente é que existem premissas que a Lei determina sobre a disponibilização de informação por parte dos fornecedores que se tornam zonas de penumbra na interpretação da Lei, criando vulnerabilidade igualmente para informação falsificada, no caso de fornecedores desonestos, o que faz com que o Estado contrate empresas não elegíveis em detrimento das reais merecedoras.

Outro interlocutor afecto ao Projecto, é Androque Albino, que diz que o MPE vai eliminar esta margem de desonestidade, uma vez que a empresa que não estiver inscrita no CEF não será elegível para fornecedora de bens e serviços ao Estado.

Instado a comentar sobre o Piloto, Androque avança que está a ser desafiador no que tange à organização de processos das empresas. “Verificam-se imensos casos de processos com disparidade de prazo de validade, facto que faz com que os mesmos se tornem mais lentos, obrigando ao recurso a solicitação das empresas para regularização de algumas anomalias”, acrescentou. Garantir a implementação plena do MPE, sem sobressaltos relativos à confirmação de documentos, vai exigir do Projecto celeridade no processo de definição de mecanismos de validação mais curtos e efectivos com a Autoridade Tributária (AT), com vista a eliminar a intervenção humana no processo de troca de informação, evitando assim o risco de fornecimento de informação falsa. Marcelino Chemane, questionado sobre o facto, disse que, para além do trabalho conjunto com a AT existe também um trabalho conjunto com o Tribunal Administrativo (TA) para harmonizar, garantir e assegurar que os mecanismos ao dispor do TA para emissão dos vistos sejam automatizados e ligados ao e-SISTAFE, isto é, para que haja uma ligação de interoperabilidade entre os sistemas informáticos do TA e o e-SISTAFE no que concerne a troca de informação.

Para o gestor do Projecto, este processo todo da implementação do MPE vai assegurar que os poucos recursos disponíveis sejam usados para fornecedores merecedores, de forma eficaz e que a contratação seja justa e com redução de desvios de aplicação e incumprimento por parte dos fornecedores, acrescentou. Atinente ao Módulo, para efeitos de so-

cialização, decorre a fase pré-piloto da implementação do MPE buscando melhorar cada vez mais a aplicação, prevenindo-se a expansão prevista para iniciar em Janeiro de 2018.

Questionados sobre os desafios desta implementação, Mulungo disse que tem sido positiva, argumentando que “começamos aqui em casa (Ministério da Economia e Finanças) e conseguimos facilmente eliminar algumas inconsistências. Há maior envolvimento para a realização da despesa dentro do MPE, pois todos os Classificadores Económicos da Despesa (CEDs) estão incorporados no MPE, e há maior controlo do processo de pagamento”.

Por outro lado, o Chefe da UGEA do CEDSIF, António Cavele, que falou na qualidade de utilizador do pré-piloto, diz que “o desafio maior é consciencializar aos usuários da área, de modo a saberem que temos um novo procedimento na contratação pública e com benefícios enormes. Como UGEA, acho que este processo vai permitir maior controlo do processo de contratação e mitigação de riscos de se lançar um contrato sem a devida cabimentação orçamental”, acrescentou.

Para Androque, o sucesso da expansão deve ser antecedido de três acções, que julga serem indispensáveis: Organização dos processos de contratação existentes, arrolamento dos bens adquiridos ou por adquirir e a sua inscrição no Cadastro de Bens e Serviços (CBS) e garantir que todos os fornecedores estejam inscritos no CEF. Portanto, se as instituições se organizarem neste sentido, a implementação do MPE será um sucesso absoluto.

Finalizando, Chemane referiu que, tal como qualquer outra reforma, a implementação do MPE não é diferente e vai levar seu tempo até todos os intervenientes se adaptarem a ele. “Os sistemas não resolvem tudo, eles vêm para auxiliar. O sucesso do projecto depende das pessoas, de todos envolvidos e criação de capacidades e apropriação do processo, envolvendo todos os intervenientes no processo de gestão de mudanças, desde o CEDSIF, DNPE e todas as instituições públicas”.(X).



SUBSISTEMA DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DISCUTE MODELO CONCEPTUAL

A planificação constitui o primeiro passo nos processos de Administração financeira. Entretanto, o SISTAFE implementou até ao momento, os processos da elaboração e execução orçamental, estando na forja o processo de planificação.

Assim, e com vista a implementar a componente relativa à planificação, com a consequente revisão da legislação actual, ajustando o Subsistema do Orçamento do Estado (SOE) para Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO), integrando as questões ambientais está em elaboração o Modelo Conceptual deste Subsistema.

Para que as áreas intervenientes no processo de planificação tenham um maior comprometimento e apropriação, o Projecto SPO juntou nos dias 07 e 08 de Novembro em Seminário, técnicos da planificação, orçamentação e monitoria dos sectores de nível central.

O Seminário visa envolver os sectores na concepção do SPO, e buscar maior contributo dos sectores, tornando a sua elaboração, num processo participativo, integrado, e de maior abrangência.

Espera-se que no final do encontro os participantes tenham aperciado o Modelo Conceptual; que os pontos focais tenham maior envolvimento nas actividades do SPO e sejam conhecidos os aspectos positivos e negativos da actual carteira de programas.

COORDENADOR DA NOSI VISITA CEDSIF PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS

O CEDSIF recebeu no dia 19 de Outubro, através da Direcção Geral, uma Delegação chefiada pelo Coordenador da NOSI, Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, a componente operativa da Comissão Interministerial para Inovação e Sociedade de Informação. A NOSI, é a entidade sucessora da UC-RAC, Unidade de Coordenação do Programa de Reforma da Administração Financeira do Estado. Trata-se portanto da sucessora da congénere do Projecto que antecedeu o CEDSIF, a UTRAFE, sendo que ambas evoluíram para Instituições, ambas tuteladas pela área das Finanças.

A visita do Coordenador e seus acompanhantes, visava a busca de experiências sobre o processo de formação de utilizadores a nível Nacional, o processo de assistência ao utilizador; sobre o processo de desenvolvimento de aplicações, gestão da demanda, migração tecnológica

das aplicações e o projecto de limpeza do backlog e estabilização do sistema entre outros.

À sua chegada, o Coordenador da NOSI foi recebido pelo Director Geral do CEDSIF que fez uma apresentação sumaria sobre CEDSIF, os grandes objectivos do Plano Estratégico e os desafios.

De seguida visitou o Departamento de Apoio ao Utilizador onde se inteirou sobre assistência ao utilizador, números sobre os níveis de atendimento de serviço, Funcionários e Agentes do Estado e o processo do roteiro de processamento de pagamento de salários (e-folha), visitou igualmente a Escola de Formação, Serviço de Organização e Modernização para se inteirar do funcionamento destas unidades.



No SO a delegação aprofundou seus conhecimentos sobre a nova infra-estrutura de arquitectura tecnológica (aplicações, rede, dados), sua composição; capacidade gerada através desta nova infra-estrutura; sobre o conceito de redundância e garantia de continuidade de negócio.

Mas porque a estrutura funcional do negócio da Instituição não se encerra na vertente tecnológica, como também no

desenvolvimento de aplicações, visitou-se o Serviço de Desenvolvimento de Sistemas de Informação, onde a gestão da demanda, migração tecnológica das aplicações, o projecto de limpeza do backlog e estabilização do sistema foram os temas aprofundados.

Refira-se que a NOSI foi criada, por resolução do Conselho de Ministros, em Julho de 2003, o Núcleo Operacional da Sociedade de In-

formação (NOSI), como Unidade Operacional da Comissão Interministerial para a Inovação e Sociedade de Informação é fruto da Unidade de Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), criada em 1998, uma unidade tutelada pelo Ministério das Finanças, que tratava da governação eletrónica (e-Gov) em Cabo Verde.

Inicialmente a atuação da RAFE era limitada ao Ministério das Finanças, mas rapidamente abrangeu toda a Administração Pública, dando assim início ao processo de modernização de outros sectores do Estado.(X)

Sistema de Certificação Electrónica do Estado (SCEE) junta peritos em electrónica em Lisboa

A implementação do Sistema de Certificação Electrónica do Estado (SCEE), junta técnicos da área em Lisboa, nomeadamente do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), Centro de Desenvolvimento de Informação e Finanças (CEDSIF), Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR) e Banco de Moçambique, que entre 19 e 30 de Junho do ano em curso aprofundaram seus conhecimentos sobre mecanismos técnicos e legais para a implementação do sistema em Moçambique.

A deslocação da delegação inseriu-se no Projecto de Apoio à Melhoria e Proximidade dos Serviços Públicos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste [PASP-TL], em que os técnicos visavam adquirir conhecimentos através de uma acção formativa para a implementação do Sistema de Certificação Electrónica do Estado, trocar experiências na área de Certificação Digital, formação em SCEE, entre outros.

Esta formação vai ser uma mais-valia para o país, na medida em que abordou parte dos objectivos que Moçambique persegue actualmente em Governança electrónica, implementação do Sistema de Certificação Digital.

Os participantes do curso, fazem uma avaliação positiva do



mesmo, tendo em conta que o mesmo introduziu temas que contribuíram para elevar o conhecimento e prontidão da equipa, bem como despertou maior atenção em relação a alguns aspectos relacionados com o projecto tais como:

- Maior envolvimento da gestão de topo para o alcance dos objectivos do projecto de implementação do SCEE;
- O modelo que vai definir a cadeia de confiança a ser estabelecida;
- Os desafios a superar no que diz respeito ao acompanhamento e gestão de mudanças; e
- A maior expectativa dos formandos face a esta acção formativa é que o projecto do SCEE seja implementado com sucesso e dentro dos prazos estipulados.(X).

Matérias da formação

Num total de 80 horas por perfil, os técnicos abordaram matérias como:

- Identidade do Cidadão no Mundo Digital;
- Elementos de um SCEE;
- Modelos de Confiança;
- Identidade electrónica;
- Entidades de Registo e Validação;
- Aspectos legais necessários para implementação do SCEE;
- Governança e Aspectos Organizacionais;
- Segurança no mundo digital; e
- Novos documentos de identificação e outros.

Debate sobre Finanças Públicas leva membros da CPO a Yaondé nos Camarões

Dois membros da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República participaram entre os dias 24 e 26 de Maio nos Camarões numa Conferência Internacional sobre “Combate dos Fluxos Financeiros Ilícitos: uma abordagem africana por um fenómeno mundial”. Em conversa com o nosso jornal, Danilo Teixeira, nosso entrevistado, referiu que a Conferência foi organizada pela Organização Africana das Instituições Supremas de Auditoria, equivalente ao Tribunal Administrativo em Moçambique, e juntou 180 delegados em representação da AFROSAI, AFROPAC, TAF, CABRE e organizações que trabalham em matérias de finanças, representando os mais diversos países africanos, tendo debatido temas de interesse do continente. A delegação moçambicana teve a oportunidade de participar num painel, cujo tema era “Crimes cibernéticos”. Se atribuídos aos mesmos, a movimentação de dinheiro ilícito, o que equivale a dizer que é o recurso ao branqueamento de capitais, e nisso se tirou proveito da experiência de outros países e, para Moçambique em especial, julga-se necessário juntar sinergias entre as Instituições que lidam com receita fiscal e as que supervisionam, no caso concreto da Autoridade Tributária (AT) e Ministério da Economia e Finanças (MEF) para um maior alcance de resultados. A Good Financial Governance in Africa at work que integra a AFROSAY, em coordenação com a GIZ, com financiamento da União Europeia e Ministério da Economia e Desenvolvimento da Federação Alemã privilegiou o tema “O impacto Social dos ilícitos financeiros nos países africanos”, que abordou as ferramentas disponíveis para o combate a esses crimes cibernéticos e as cooperações possíveis para o combate a estes males. Apresentada a experiência do país, a recomendação é a de melhorar a legislação relacionada a esta tipologia de crime e melhorar, igualmente, a fiscalização efectiva das instituições que trabalham na área das Finanças Públicas, dotando os recursos humanos de maiores competências e recursos materiais para o combate a crimes sofisticados. Dados da conferência indicam que em África os fluxos financeiros ilícitos anuais, de forma segmentada, andam em cerca de 50 biliões de dólares, sendo que 65% provém de actividades comerciais, 30% de actividades criminosas e 5% da corrupção. Foram igualmente apontados como outros aspectos que influenciam negativamente nos fluxos financeiros (geração de fluxos ilícitos financeiros) a evasão fiscal, a dupla tributação, lavagem de dinheiro e abuso de mercado. Outro aspecto apontado é a deficiência na governação que acontece nalguns países, deficiente estrutura da legislação e fraca participação da Sociedade Civil. Para Abdala Luís, Assistente da CPO, que igualmente integrou a comitiva, a participação de parlamentares moçambicanos, avalia-se como uma experiência boa, na medida em que, como órgão fiscalizador, passou a conhecer como outros países, na mesma condição, agem com esta natureza de crimes. Instados sobre os passos subsequentes e as recomendações da Conferência, os nossos interlocutores responderam que o posicionamento da AR em relação ao assunto passa por juntar sinergias com a Sociedade Civil e outros intervenientes ligados a área das Finanças Públicas para juntos encontrarem uma saída para o ataque a estas fragilidades no nosso país. Igualmente, avança-se a ideia de se propor melhoria da legislação para que traga uma intervenção de grande impacto, capaz de reverter os números altos de eventos em ilícitos financeiros.(X).

Na forja, Modelo de Negócio do projecto

O Orçamento Público é um dos principais instrumentos de um país, pois induz à planificação das maiores decisões do Governo que se reflectem nas políticas públicas, estabelecendo as acções prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade.

O orçamento deve conter, de modo planeado, todas as estimativas da arrecadação de receitas e previsão para a realização da despesa pública.

Após a aprovação da Lei nº 09/2002, de 12 de Fevereiro, e seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 23/2004, de 20 de Agosto, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) com vista a modernizar os Sistemas de Administração Financeira em Moçambique, a sua plataforma informática de suporte, o e-SISTAFE, veio composto por (5) Subsistemas devidamente integrados a saber: Subsistema do Orçamento do Estado (SOE), Subsistema de Contabilidade Pública (SCP), Subsistema do Tesouro Público (STP), Subsistema do Património do Estado (SPE), e Subsistema do Controlo Interno (SCI), estando neste momento concluídos os Subsistemas de Orçamento de Estado, de Contabilidade Pública e do Tesouro Público.

Entretanto, durante anos, a elaboração do Orçamento do Estado era um processo desintegrado do SISTAFE. A reforma da Administração Financeira do Estado identificou uma necessidade de integrar as funções de Planificação e Orçamentação num instrumento único, resultando na alteração da designação de Subsistema de Orçamento do Estado (SOE) para Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO). Este Subsistema de Planificação e Orçamentação visa redefinir e especificar os processos, procedimentos e funcionalidades, em reforma do Subsistema de Orçamento do Estado e o seu módulo informático de apoio – Módulo de Elaboração Orçamental (MEO) –, dando origem ao SPO e o novo módulo informático de apoio, MPO.

São objectivos do Subsistema:

- Alinhar os instrumentos de planificação;
- Definir os horizontes temporais;
- Ajustar o calendário do Ciclo de Planificação;
- Definir níveis hierárquicos de competência e decisão; e
- Criar o Módulo conjunto de Elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado.

A criação do Subsistema de Planificação e Orçamentação atende aos seguintes pressupostos:

- Substituir o actual Subsistema do Orçamento do Estado, que não prevê a planificação dentro do SISTAFE, mudando-o para Subsistema de Planificação e Orçamentação, passando a contemplar igualmente a planificação no sistema informático de apoio;
- Abarcar todos os órgãos ou instituições que intervêm no processo de planificação e orçamentação; e
- Garantir um processo de programação e alocação dos recursos integrado e alinhado, promovendo a eficiência e eficácia, assegurando maior transparência ao processo.

Refira-se que, muito embora a Planificação assumia um papel relevante ao nível da Gestão das Finanças Públicas, ela era feita de forma arcaica, facto que levou a que se fizesse uma revisão da legislação actual de modo a integrar esta componente relativa à planificação, ajustando o Subsistema do Orçamento do Estado para Subsistema de Planificação e Orçamentação.

Subsistema de Planificação e Orçamentação

Vai entre outros, organizar os planos nacionais em programas, segundo o equilíbrio entre custo, qualidade e prazo.

A implementação do projecto Subsistema de Planificação e Orçamentação arrancou no presente ano, conta com a participação de todas as instituições do Estado do país em acções como seminários e trabalhos técnicos e, será implementado em cerca de 3 a 4 anos, fase em que ocorrerá a formação e operacionalização do Módulo a nível Nacional. Espera-se que traga ganhos para a Gestão das Finanças Públicas, passando a permitir que os instrumentos de planificação sejam integrados e harmonizados com o apoio informático, colmatando algumas dificuldades e fragilidades que existem actualmente.

Espera-se igualmente, que contribua para melhorar o desempenho da Administração Pública no que concerne à melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos, disponibilizando informações relevantes para que as acções de Controlo Interno e Externo possam relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados e, sobretudo, dê maior transparência à aplicação dos recursos públicos em relação aos resultados obtidos.

O Subsistema de Planificação e Orçamentação pretende:

- Organizar os planos nacionais em programas, segundo o equilíbrio entre custo, qualidade e prazo;
- Elaborar o Plano Económico-Social e Orçamento do Estado (PESOE) tendo por base os recursos financeiros disponíveis e as prioridades definidas pelo Governo para cada exercício económico;
- Melhorar o desempenho na gestão da administração pública, tendo como elemento básico a definição de

responsabilidade por custos e resultados de cada programa;

- Oferecer elementos para que as acções de Controlo Interno e Externo possam relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados da actuação do Governo; e
- Dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos versus resultados obtidos.
- A maior expectativa é que no final da implementação do projecto, tenhamos um subsistema que:
 - Apresente uma estrutura única que assegure a articulação entre a planificação, a orçamentação, a execução e a avaliação;
 - Permita que as Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB's) apresentem as suas necessidades esporadicamente; e
 - Apoie a planificação e orçamentação por meio de um sistema informático único, um módulo do e-SISTAFE, designado "Módulo de Planificação e Orçamentação", alicerçado no Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP) e no Módulo de Património do Estado (MPE (X).



Ministério da Economia e Finanças interage com a Sociedade Civil sobre Orçamento do Estado

O Ministério da Economia e Finanças partilhou, com a Sociedade Civil, o desempenho da Execução do Orçamento do Estado (OE) do primeiro semestre de 2017 e auscultou a contribuição destes, para o Orçamento 2018.

Contam das matérias partilhadas, o desempenho dos indicadores macroeconómicos do primeiro semestre de 2017, política orçamental e metas quantitativas para 2018.

Na ocasião, o Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, fez notar que o Governo está a programar medidas de políticas relacionadas com a melhoria da eficiência da despesa pública, sustentabilidade da dívida, reestruturação do sector empresarial do Estado, referindo que estas e outras medidas estarão, entretanto, incorporadas na proposta do OE para 2018 que vai ser apreciada pela Assembleia da República.

Por sua vez, o Director Nacional da Planificação e Orçamento (DNPO), Piaraly Juthá, referiu que o OE 2018 pretende garantir que os sectores económicos e sociais do primeiro semestre de 2017 e auscultou a contribuição destes, para o Orçamento orçamental, com o objectivo de assegurar a provisão de serviços sociais básicos nos sectores da saúde, educação, acção social, água, saneamento e justiça. Por outro lado, vão ser igualmente priorizadas dinâmicas económicas produtivas nas áreas da Agricultura, Infraestruturas diversas, energia, transportes e comunicações. A sociedade civil mostrou satisfação com a postura do MEF, tendo, contudo, manifestado interesse de estar igualmente envolvida em todo o ciclo de planificação do Orçamento do Estado. Sobre o OE 2018, a Sociedade Civil defende a melhoria de procedimentos conducentes a eficiência de gestão da despesa pública, sobretudo nos sectores da educação e saúde. (X).

Associados do AC-CEDSIF reúnem-se em Segunda Assembleia Geral



Colaboradores do CEDSIF filiados a Associação dos Colaboradores, reuniram-se em Segunda reunião da Assembleia Geral no dia 14 de Outubro de 2017, segundo as disposições legais aplicáveis e os estatutos da mesma. A reunião discutiu entre outros, assuntos que dizem respeito a Associação, tendo reunido 45 dos 104 membros. Os temas levados a Mesa de debate da Assembleia Geral da ACCEDSIF foram :

Artigo 19º - Subsídio de Apoio a Cerimonias Fúnebres – Regulamento Interno;

Artigo 20º - Apoio de Emergência – Regulamento Interno;

Artigo 3º, alínea d) - Promover e participar em acções de campanhas cívicas e de acção Social - Dos Estatutos;

Novo Artigo - Apresentação, discussão e deliberação do “Benefício de Aconselhamento Jurídico”.

Apresentação, discussão e deliberação de proposta de criação de um fundo de Investimento;

A Assembleia discutiu formas e modalidades de actividades de cariz social, de apoio aos membros e de criar sustentabilidade da organização, sem no entanto pesar ao associado.

Foram cerca de 4 horas intensas de discussão, que culminaram com decisões que visam melhorar o funcionamento da mesma.

No final, realizou-se uma confraternização que se prolongou pela noite adentro, tendo servido para fortalecer os laços de convívio informal entre os membros (X).



Nossa convidada de hoje para é Virgínia Videira

Conta na sua larga história, experiência bastante em Finanças Públicas, adquirida, de entre outras tarefas, enquanto membro da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) na Assembleia da República (AR) e coordenadora da Unidade Técnica de Reforma à Administração Pública (UTRAFE).

i-CEDSIF – Dra. Virgínia Videira, foi deputada da Assembleia da República, pela Bancada da Frelimo, durante largos anos. Pode nos falar um pouco da sua experiência enquanto deputada? E, antes gostaria de saber onde e quando nasceu?

VV - Nasci em Goa, a 19 de Agosto de 1952.

i-CEDSIF - Como foi seu percurso académico?

VV - Fiz ensino primário em Moamba, e o ensino secundário na então Lourenço Marques, depois a licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), também em Maputo. Fiz cursos de curta duração em Portugal e nos EUA. Não sou exigente nos pratos, como de tudo, menos coelho.

i-CEDSIF - Quando entra para a Assembleia da República?

VV - Em 1994, na sequência das primeiras eleições multipartidárias e fui Presidente da Comissão do Plano e Orçamento, tendo feito 3 mandatos, isto é 15 anos.

Foi a primeira Assembleia multipartidária a funcionar no País, pelo que foi necessário, nessa legislatura, alterar significativamente os procedimentos de trabalho, facto que ditou a necessidade de se aprovar o primeiro Regimento da AR, com a criação e entrada em funcionamento de Bancadas Parlamentares, Círculos Eleitorais, Comissões de trabalho com deputados de todas as bancadas, entre outras actividades. Este trabalho, que era totalmente novo para a maioria dos deputados, pode ser considerado o primeiro

grande desafio de todos na primeira legislatura. A experiência de trabalho do funcionamento da AR permitiu que depois fossem feitas revisões ao Regimento para seu melhoramento, o que aconteceu em quase todas as legislaturas.

Em termos de trabalho, a área em que me encontrava, CPO, era por mim conhecida, por ter sido sempre a minha área de trabalho, pelo que não foi difícil adaptar-me às atribuições e metodologia de trabalho. Apesar da opinião que era transmitida para o exterior, de desentendimentos permanentes entre os deputados das várias bancadas que constituíam a AR, posso dizer que, mesmo com opiniões diferentes, o trabalho da Comissão – essencialmente técnico, ao longo dos três mandatos, foi mais de consenso do que de desentendimento. Do trabalho que desenvolvíamos, tive sempre a preocupação de dar resposta a todas as preocupações ou opiniões, de cidadãos ou organizações da Sociedade Civil que chegavam à AR, e posso dizer que esta foi a melhor experiência de poder ser útil e, principalmente, poder resolver as mais diversas inquietações que eram colocadas. Em termos legislativos, nas três legislaturas em que trabalhei, os deputados, a quem se exige que conheçam todos os assuntos, não tinham assessoria, daí que qualquer proposta legislativa tinha que ser apreciada nas comissões de trabalho, que davam os pareceres, com os conhecimentos que cada um detinha. Este défice era por nós coberto através dos debates que fazíamos com os mais variados actores, facto que permitiu adquirir conhecimentos diversos, não só em técnicas legislativas, como em vários assuntos económicos e sociais, pois as três legislaturas constituíram uma fase de grande produção legislativa, dadas as mudanças que se operavam no País.

A nossa convidada de hoje para o Perfil é Virgínia Videira

Foi também neste período que a AR se filiou à Associação das Contas Públicas da SADC (SADCOPAC) através da CPO, o que permitiu, para além do contacto interno que mantínhamos, que tivéssemos actividades de troca de experiências no exterior, principalmente com os países da SADC. Esta filiação constituiu mais um subsídio importante para a minha actividade de deputada e para a minha experiência.

Em suma posso dizer que foi uma experiência muito útil, do ponto de vista profissional e individual, e que gostei muito de a ter exercido.

Que mais-valias fizeram o seu tempo de deputada que hoje sente falta na Assembleia, ou o contrário?

Como disse anteriormente, ser deputada foi um trabalho que gostei de fazer. As principais mais-valias foram o contacto directo que tínhamos com as pessoas ao longo de todo o País. Como metodologia de trabalho, nas deslocações que fazíamos para trabalho da Comissão, foi sempre preocupação garantir que o contacto fosse feito com pessoas nos distritos mais longínquos para conhecer a realidade do País. Esta metodologia de trabalho permitiu saber como é a realidade do nosso País e, principalmente, ter em conta essa realidade na actividade legislativa que desempenhávamos. A questão que mais sinto falta hoje é precisamente esse contacto, é poder acompanhar a evolução do país como um todo e não apenas a Cidade onde vivo, é estar perto das pessoas, ouvir as suas preocupações e tudo fazer para as responder.

Que evolução nota da CPO comparando aquela altura e actualmente?

Como estou aqui o dia todo pouco consigo acompanhar do que se passa na AR, pois os noticiários transmitem muito pouco, daí ser difícil responder a essa questão. Nas legislaturas em que participei, a maioria dos

debates eram quase totalmente transmitidos, a diversas horas, e as comissões eram convidadas a debates em vários programas para apresentar o que estavam a debater e quais os pontos de vista, o que permitia ao cidadão acompanhar o trabalho. Hoje, ou isso não acontece ou eu não consigo acompanhar, daí ser difícil fazer essa comparação, mas de certeza que a evolução será positiva porque a experiência leva a melhorar o funcionamento.

A quanto tempo Dra. Virgínia Videira é funcionária do Ministério da Economia e Finanças?

Trabalhei desde 1976 até 1992 no Ministério das Obras Públicas. Em 1992 fui transferida para a Comissão Nacional do Plano como Directora Nacional, função que solicitei para deixar de exercer a partir de 1996 por causa da função que desempenhava na Assembleia e passei à assessora da então Ministra do Plano e Finanças. Como assessora, de 1996 a 2001 exerci as actividades de coordenadora do Programa de Gestão Económica do MP/MEF e em 2001 fui indicada para trabalhar como Coordenadora Adjunta na UTRAFE, que tinha sido criada no Gabinete da Ministra do Plano e Finanças. Esta actividade foi desenvolvida em simultâneo com a da Assembleia. Em 2009 deixo a Assembleia e fico a tempo inteiro na UTRAFE até a criação do CEDSIF em 2010. Em 2011 passo para assessora da Direcção Geral e transferida para o CEDSIF.

Portanto, com a separação e junção da CNP e MF-MPD, cujas datas já não tenho a certeza, posso dizer que fiz em Junho de 2017, nada mais nada menos que 25 anos, os quais somados aos 16 que estive no MOPH, totalizam 41 anos de serviço.

“apreendi mas também cometi erros e foi desses erros que mais aprendi — Virgínia Videira

i-CEDSIF - Que experiência de trabalho mais a fascinou? mais, é por reconhecer o que o SISTAFE significa para o Estado que afirmo por diversas vezes que ele é irreversível. VV- De forma geral todos os desafios de trabalho que tive me fascinaram, pois em cada um deles tive desafios Podemos não conseguir acabar o que foi concebido, dadas diferentes e a todos me dediquei com todo afinho. Desde os as dificuldades que enfrentamos, mas voltar atrás nunca mais simples aos mais difíceis, em cada um deles, que já será possível, pois a época em que vivemos já não é compatível com a forma como se tratava as FP. Por exemplo, a não são poucos, apreendi mas também cometi erros e foi patível com a forma como se tratava as FP. Pouco mais de uma década atrás, o que era feito no âmbito desses erros que mais aprendi. das FP não era conhecido por mais ninguém, era assunto

i-CEDSIF - De que mais tem nostalgia, como profissional? quase tabu. Eram só alguns que sabiam e que conheciam, VV - A maior nostalgia, enquanto profissional, é não conseguir para todos os outros era um desconhecido.

alcançar os resultados que defino para um trabalho. Eu Hoje as informações sobre o orçamento, receitas e despesas tenho o defeito de ser muito exigente profissionalmente, até e até de auditorias, são informações públicas e têm de ser comigo mesmo. Isso leva, por vezes, a algumas decepções disponibilizadas, quase na hora, o que não seria possível enquanto profissional, mas nenhuma delas foi tão forte que sem o SISTAFE e, principalmente sem o e-SISTAFE. Outra me derrubasse por completo. Levanto e continuo, às vezes mais-valia introduzida pelo SISTAFE é a disciplina financeira, a possibilidade de fazer controlos antes e depois, e com mais força que a anterior. acima de tudo, não poder fazer algo errado, que mais cedo

i-CEDSIF - Uma das características que a marcam como ou mais tarde não venha a ser descoberto. Esta é, no meu profissional é o seu lado crítico e frontal. Isso já lhe valeu entender, a razão porquê todos conhecemos as fraudes que algum constrangimento? Gostava de partilhar connosco? são cometidas e, não, como alguns dizem, porque hoje há

VV - Penso que sim, embora não me tenha sentido limitada mais fraudes. por isso. Esta é uma característica que nem todos gostam.

Ao longo da minha vida trabalhei com dirigentes de características muito diferentes. Uns que gostam que os seus i-CEDSIF - Qual foi o desafio maior que enfrentou na mudança de papel de fiscalizadora das acções do Estado, para colaboradores sejam francos e directos outros não, mas executora de tarefas ligadas a uma das maiores reformas de apesar disso eu não mudei minha forma de ser, daí que nem um sector bastante exigente em termos de rigor?

sempre fui entendida. Mas como sempre fui assim, já não VV - Nunca senti muito essa mudança. Primeiro, porque enquanto fiscalizadora também fui identificando as necessidades de reforma e também porque evitei me desligar desse assunto, considerando que ainda era da UTRAFE desde

i-CEDSIF - Qual acha que foi a mais-valia da introdução do 2001, embora já à distancia. Até posso dizer que o trabalho SISTAFE?

VV - O SISTAFE revolucionou todo o sistema financeiro do na AR foi positivo desse ponto de vista, pois permitiu ver as necessidades das mudanças, do lado de lá. No fundo penso sistema financeiro concebido, embora não tenha sido ainda que a experiência como deputada foi positiva para as reformas, sentia na pele, como se diz, as necessidades das mudanças totalmente implementado. E é por reconhecer as suas potencialidades que uma das metas que tenho para mim mesma é colaborar para concluir a sua implementação. Ade-

“...vejo é um CEDSIF em mudança, mudança nos métodos de trabalho...” - Virgínia Videira

i-CEDSIF - Qual acha ser o maior desafio do CEDSIF na actualidade?

VV - O CEDSIF ainda tem muitos desafios. Um deles é concluir a concepção e implementação do que falta do SISTAFE e o outro, tão importante como o primeiro, é garantir a sua sustentabilidade, considerando, principalmente que, se tudo correr bem, dentro de 3 anos o CEDSIF concluiu o SISTAFE e depois o que faz e como se mantêm? De imediato terá a missão de manter tudo o que fez, porque como disse anteriormente o SISTAFE é irreversível, mas não poderá viver só da manutenção do SISTAFE, tem de ter outros sonhos e, esses têm de começar a construir agora.

i-CEDSIF - Como vê o CEDSIF daqui a 5 anos?

VV- Como me referi anteriormente, o CEDSIF tem de pensar no seu futuro. Concluído o SISTAFE, tem de o manter, mas para viver como CEDSIF, com a máquina que têm, não poderá viver da manutenção. Assim, o que vejo é um CEDSIF em mudança, mudança nos métodos de trabalho, já em início, mas principalmente mudança nas suas atribuições. Isto é, o CEDSIF não poderá continuar a trabalhar apenas para o Estado, tem de se abrir para o mercado e, para essa abertura terá de ser um CEDSIF diferente, forte e saudável, principalmente do ponto de vista humano e financeiro.

i-CEDSIF - Como profissional, sente os seus esforços estarem a dar contributos positivos?

VV- Tento fazer os possíveis para ser útil, principalmente, transmitindo as minhas experiências mas, é o CEDSIF que tem de responder a essa questão.

i-CEDSIF - Gostava de saber um pouco mais sobre o outro lado da Dra. Virgínia... Seu percurso escolar e início do profissional.

VV— Escolar? Tenho de andar muito para trás!!!

Iniciei o ensino primário na Moamba, onde vivíamos. Comecei a frequentar a escola secundária em Maputo, na escola General Machado, assim se chamava nessa época, hoje é o Instituto de Línguas. Aí os meus pais, que já tinham três filhos a frequentar a escola em Maputo porque não havia escola secundária na Moamba, tinham também de vir todos os dias da Moamba para Maputo, decidiram vir viver em Maputo. Assim frequentei, após o ensino secundário a Escola Comercial e depois o Instituto Comercial, o curso preparatório para o curso de Economia. Em 1973 entrei para a UEM e, estava no quarto ano do curso de Economia quando o mesmo é interrompido para irmos para o



emprego, já pós Independência. Volto para a UEM em 1989 para fazer a licenciatura, em Macroeconomia, que concluo em 1991.

Em 1976 iniciei o meu percurso profissional e, por estranha coincidência, no prédio do CEDSIF, onde estava grande parte das empresas de navegação. Fiquei pouco tempo, pois a empresa não permitia estudar e aí parei de trabalhar. Quando o curso foi interrompido fomos todos afectos para trabalhar. Nessa altura fui colocada para dirigir a Empresa DIANA SARL, era um grupo que tinha várias empresas com actividades diversas de ferragens, colchões, cutelaria e até espingardaria, e tinha sido intervencionada pelo Estado. O objectivo era reorganizar e criar uma empresa de apoio à construção, donde surgiu a DIMAC. Em 1978, sou transferida para o Ministério das Obras Públicas, onde um dos trabalhos era reorganizar todo o sector empresarial que estava intervencionado pelo Estado.

“...não sou avó galinha, não há abusos e muito menos muitos mimos, apenas o suficiente...- Virgínia Videira



i-CEDSIF - É casada? A quanto tempo? Quantos filhos e netos nasceram desse casamento?

VV- Sou casada desde 1976, tenho um filho e agora dois netos. Um de 7 anos e outro de 3 anos.

i-CEDSIF - Considera-se uma mãe exigente? Tanto quanto avó?

VV- Sou exigente com tudo. Como mãe, como profissional e como avó. Por isso considero que infelizmente não pude ser uma mãe, como mandam as regras. Embora presente, pois o meu filho andava sempre comigo, só não vinha ao serviço durante as horas normais porque estava na creche, não pude dar lhe muita atenção. Posso dizer que o meu filho cresceu nos corredores dos Ministérios e nas salas de reunião. Os corredores eram o seu campo de futebol, jogou a

bola nos corredores do edifício da Comissão Nacional do Plano, várias vezes, com colegas e até com o então Ministro, Dr. Mário Machungo, que aguardava que nós terminássemos o trabalho. A cama eram geralmente os sofás das salas de espera. Andou nessa vida pelo menos até aos seus 10-12 anos, depois ele começou a se virar sozinho. Assim, sempre que posso tento compensar com os netos, mas não sou avó galinha, não há abusos e muito menos muitos mimos, apenas o suficiente...

i-CEDSIF - Que mais gosta de fazer nos seus tempos livres?

VV- Quando existem esses tempos livres vejo TV, pouco porque não consigo ficar muito tempo sentada em frente à televisão, gosto de ler e principalmente de tratar de plantas, o que faço sempre que possível, principalmente nas férias.

i-CEDSIF - Que lugares visitou e gostou? E qual gostaria ainda de conhecer?

VV- Visitei vários lugares, na Europa, na América e África. De uma forma geral gostei de todos, pois cada um tinha o seu interesse. Não gostei muito dos EUA, talvez porque ia ao serviço e não conseguia ver nada, os dias eram ocupados desde a manhã até a noite, às vezes, nem mesmo do prédio se saía. Nunca visitei nenhum país asiático e da América latina, mas gostava de o fazer, principalmente China. Talvez um dia!!!

i-CEDSIF - Momentos de entretenimento? Filme? Novela? Música?

VV- Gosto de Filmes. Series também, principalmente as policiais e algumas que existem por aí de médicos e hospitais. É um bichinho que tenho, pois o meu sonho de criança era ser médica mas infelizmente o percurso escolar, via Instituto não o permitiu.

Novelas depende, mas não mais do que uma, também não há tempo para mais. Gosto de ver desporto, por exemplo futebol, basquetebol, hóquei, embora agora já tenha dificuldades em ver essa bolinha no campo, que é pequena.

i- CEDSIF - Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Ui! Já chega. Penso que já me conheces desde que eu nasci.....

Conjuntivite

Saiba como ela se manifesta



A conjuntivite viral é a inflamação da conjuntiva (parte branca do olho) e seu principal agente causador é o adenovírus. A doença é altamente contagiosa, mais frequente no verão e tem como principais sintomas a coceira e olho vermelho.

Cerca de 95% dos casos de conjuntivite são causados por algum vírus, mas pelo facto do adenovírus ser o principal, a conjuntivite viral também pode ser chamada de Ceratoconjuntivite Epidémica. A doença pode ser causada, ainda, por diversos outros tipos de vírus, como o da herpes (HSV), varicela (VZV) ou até mesmo do HIV.

Normalmente, os primeiros sinais da conjuntivite aparecem em até 48h depois da instalação do agente causador no organismo da pessoa.

Tempo de incubação do vírus

Normalmente, o tempo de incubação do vírus em nosso organismo leva de 1 a 4 dias, período em que a pessoa já está passível de transmissão, porém sem sintoma algum. É aconselhável que nesses 4 primeiros dias, a pessoa permaneça isolada em casa para não transmitir o vírus a outras pessoas.

Após esse período de incubação, os primeiros sintomas começam a aparecer e permanecem por 5 a 15 dias.

Quais são os grupos de risco?

Todas as pessoas estão sujeitas a desenvolverem algum tipo de conjuntivite ao longo da vida. Mas alguns grupos se destacam por estar sempre em contacto com alguns agentes alergénicos. São eles:

- Pessoas que já trazem um histórico de alergias;
- Pessoas que tiveram algum problema respiratório recentemente;
- Pessoas diabéticas, já que a doença enfraquece seu sistema imunológico;
- Pessoas que tomam corticosteróides, que também enfraquecem o sistema imunológico;
- Recém-nascidos ou idosos, pois possuem os olhos extremamente frágeis e sensíveis ao calor, à luz, ao frio, à fumaça e a germes patogénicos.

Como se dá a transmissão?

Conjuntivite causada por bactérias ou vírus possui um alto nível de transmissão e ela se dá através do contacto com a secreção causada pela doença e também por objectos contaminados. Confira abaixo algumas formas de transmissão da conjuntivite:

- Usar maquiagem da pessoa contaminada
- Usar a mesma toalha ou dormir com o mesmo travesseiro da pessoa contaminada;
- Partilhar óculos ou lentes de contacto;
- Abraços e beijos; e
- No caso da conjuntivite viral, a transmissão pode ocorrer também através de espirros e tosses.

Ao contrário do que muitos pensam, a doença não é transmitida pelo ar, porém, é preciso ter em mente que, mesmo a doença se limitando aos olhos, o vírus está presente em qualquer parte do corpo da pessoa infectada, como no rosto ou nas mãos. Portanto, evitar a presença em locais que possuam alta aglomeração de pessoas é muito importante.

A transmissão da doença pode ocorrer enquanto durar os sintomas, mesmo que você já esteja em tratamento.

Quais são os sintomas?

O principal sintoma da conjuntivite viral é o aumento da secreção dos olhos, que pode ser de cor branca ou amarela. Por se tornar muito mais espessa do que o normal, acaba ocasionando, muitas vezes, a dificuldade em abrir os olhos ao acordar.

Além desse sintoma, outros podem se manifestar, tais como:

- Vermelhidão dos olhos;
- Coceira e dor nos olhos;
- Sensação de areia nos olhos;
- Fotofobia (hipersensibilidade à luz);
- Secreção nasal;
- Inchaço nas pálpebras; e
- Visão embaçada.

Conjuntivite

Conheça seus sintomas e tipos



Quando a inflamação da conjuntivite viral é muito intensa, uma membrana inflamatória se forma na parte interna das pálpebras e ela só pode ser retirada por um especialista. Caso a condição não seja tratada correctamente, a membrana pode evoluir para formação de cicatrizes na córnea e que podem diminuir a visão. Após a sua retirada, colírios de corticóide são prescritos para que ela não se forme de novo posteriormente.

A maioria dos sintomas tem início em apenas um dos olhos e, após 2 ou 3 dias, a transmissão é feita para o outro olho. (Há alguma complicação da Conjuntivite?)

Se a doença não for tratada o quanto antes e da forma correta, algumas complicações podem surgir com o decorrer do tempo, conforme a explicação abaixo.

Conjuntivite infecciosa

Se a conjuntivite for infecciosa, uma série de complicações podem aparecer, tais como:

- Meningite;
- Celulite;
- Septicemia;
- Otite média.

Recém-nascidos

- Se a conjuntivite não for tratada logo em recém-nascidos com menos de 28 dias, a doença pode se transformar em uma infecção grave e progressiva nos olhos da criança, que pode levá-la até à cegueira.
- Em casos de conjuntivite causada por clamídia, um em cada cinco bebês desenvolvem pneumonia, podendo ser fatal em alguns casos.

Ceratite

Alguns tipos de conjuntivite podem causar uma condição chamada ceratite, um tipo de inflamação da córnea. A ceratite pode ser dolorosa e, às vezes, causa úlceras na região. Se essas úlceras não forem tratadas correctamente, elas podem comprometer a sua visão permanentemente.

Como me prevenir?

Por mais que não haja uma forma correta e totalmente eficaz de prevenção, algumas medidas diminuem o risco da contracção da conjuntivite. São elas:

- Ao nadar em uma piscina, utilize sempre os óculos de natação, pois o cloro presente na água pode irritar o olho e deixá-lo mais sensível.

- Não utilize toalhas e maquiagens de outras pessoas, pois isso pode ser um meio de transmissão de bactérias e vírus.

- Mantenha a mucosa dos olhos sempre bem hidratada com soro fisiológico ou lágrimas artificiais.

- É aconselhável que se lave bem as mãos com álcool ou soluções desinfectantes com frequência. Caso não tenha esses produtos em casa, água e sabão são o suficiente.

Referências:

<http://www.hospitaldeolhos.net/especialidades-conjuntivite.asp>

<http://www.iorj.med.br/o-que-e-conjuntivite/>

<http://emedicine.medscape.com/article/1191370-overview#a1>

<http://www.mdsaude.com/2010/08/conjuntivite-sintomas-tratamento.html>

<http://www.tuasaude.com/conjuntivite-viral/>

<http://www.criasaude.com.br/N1983/doencas/conjuntivite.html>

<https://www.your.md/condition/conjunctivitis-infective> (X).

SUBSISTEMA DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DISCUTE SEU MODELO CONCEPTUAL



1- DG-Adjunto do CEDSIF intervindo no seminário

2- Participantes atentos a apresentação

3- Parte da equipa do Projecto

4- Participantes do evento, atentos as intervenções

5- Director Nacional de Planificação e Orçamento e o Gestor do Projecto SPO

6- Foto de família

VISITA DO COORDENADOR DO NOSI AO CEDSIF PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS



1- Coordenador do NOSI sendo recebido pelo DG do CEDSIF
2- Os visitantes atentos a apresentação do DG sobre o CEDSIF
3- Coordenador do NOSI em visita ao SOM

4- Coordenador do NOSI se inteirando do funcionamento do Departamento de Apoio ao Utilizador
5- Coordenador do NOSI em visita ao Serviço de Operações
6- Apreciando o desenho da nova infra-estrutura

II Assembleia Geral Da AC-CEDSIF



1- Mesa de presidium

2- Mesa de presidium da Assembleia

3- Parte dos associados presentes

4- Associados atentos ao debate

5- Momento de votação de um dos ponto

6- Associados da AC-CEDSIF

Recreação

